

## QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA: A relação entre trabalho e educação e a expulsão da juventude do campo brasileiro

Gracialino da Silva Dias<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho é parte dos esforços teóricos da pesquisa *Educação e Trabalho: a sucessão da juventude camponesa na Região da Cantuquiriguaçu*, desenvolvida, no âmbito do Grupo de Pesquisa *Questão Agrária e Juventude Rural: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa*, concebido para estudar a temática da questão agrária e juventude rural na Região da Fronteira Sul do Brasil. Sustenta que a expulsão dos camponeses do meio rural deriva do tipo de capitalismo burocrático, atrasado, engendrado pelo imperialismo em nosso país ao longo dos Séculos XX e XXI. Desse tipo de capitalismo perduram relações semifeudais e semicolonais não só no campo e no meio rural como um todo, mas na indústria, nas relações políticas do gerenciamento dos sistemas de poder, na educação e na cultura. O estudo busca desvendar as concepções de educação ofertada aos camponeses. Defende o princípio educativo do trabalho para a educação camponesa, apontando que na luta de classes, a luta pela terra para os camponeses é a principal e a luta por uma educação científica é o complemento necessário.

**Palavras-chave:** Pedagogia científica no campo, Trabalho alienado, Emancipação do trabalho

### Introdução

Este trabalho sustenta-se teoricamente no materialismo histórico e dialético e nos fundamentos da *crítica da economia política* desenvolvidos por Marx e Engels, como a teoria científica do proletariado mundial, com materialidade na existência da propriedade privada dos meios de produção e na lógica de acumulação baseada na exploração do trabalho sob a forma de mercadoria, como trabalho alienado para a produção de *mais-valia* (MARX, 1994); (MARX & ENGELS, 1980).

O seu desenvolvimento toma como ponto de partida a constatação histórica de que o capitalismo se desenvolve de modo desigual, e que após a Primeira Guerra Mundial, caracterizada como guerra imperialista, essa desigualdade foi acentuada com a “partilha do mundo” entre um pequeno número de países de capitalismo avançado, contra a grande maioria dos países, povos e nações de capitalismo atrasado. A partir desse processo histórico, o capitalismo teria atingido uma nova e superior etapa do seu desenvolvimento – o imperialismo. Para (LÊNIN, 1982, p. 641-642) os traços fundamentais do imperialismo são:

---

<sup>1</sup> Trabalhador brasileiro. Professor. Educador; Doutor em Educação: História, Política, Sociedade. Professor. Associado III da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Laranjeiras do Sul*. Email: gracialino.dias@uffs.edu.br

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e, 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1982, p. 641-642).

Na era do imperialismo – fase atual do capitalismo – como realidade política, econômica e social, a contradição entre os países imperialistas, de um lado, e os países, povos e nações dominadas, de outro lado, se torna a principal a ser resolvida do ponto de vista da autodeterminação dos povos e da liberdade como caminho da emancipação humana. Não há como falar em soberania, liberdade, justiça, igualdade, democracia e desenvolvimento sem solucionar essa contradição.

A situação do tipo de capitalismo em países sob a dominação imperialista caracteriza-se como capitalismo burocrático, ou seja, de um capitalismo atrasado, concebido não por uma burguesia endógena, mas por determinação da divisão mundial do trabalho ditada pelos monopólios transnacionais, como materialização da dominação do setor produtivo, da economia e da política pelo imperialismo.

Sob essa situação o capitalismo burocrático brasileiro guarda ainda as determinações históricas de um país agrário-exportador dependente, herdado do “sentido da colonização” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 31) associado ao “escravismo colonial” (GORENDER, 1980).

Uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical de que o Brasil é resultante; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JUNIOR, 1972, p. 31).

Conjugados: 1) a base da grande propriedade rural que sustenta o sistema latifundiário –, nascido das capitanias hereditárias e conformado com o modelo das sesmarias; 2) o trabalho escravo, primeiro dos povos indígenas nativos e depois dos negros trazidos da África; e, 3) a produção pelo sistema de “plantagem” para produção e exportação de produtos da terra para abastecer o mercado europeu, conforma-se o modo de produção escravista colonial, cuja relação com a dominação europeia não sofre, no essencial da vida econômica,

produtiva e comercial, alteração com o processo de independência e o seu regime monarquista escravocrata que continuou até o final do Século XIX.

A forma histórica do tipo de capitalismo brasileiro que vai se instalar ao longo do Século XX conjuga a manutenção do sistema de poder para as velhas classes dominantes constituídas principalmente pelos grandes latifundiários – república das oligarquias – em associação subalterna com os interesses dos países de capitalismo avançado, sedes dos monopólios transnacionais – países imperialistas. Conforma-se, portanto, um capitalismo engendrado de fora para dentro, do imperialismo para o país dominado, tornando a grande burguesia e os latifundiários nativos prepostos do interesse imperialista e beneficiários da sua dominação. Essa é a natureza da relação entre a grande burguesia e o imperialismo nos países de capitalismo burocrático, como o Brasil.

O capitalismo burocrático concebido pelo imperialismo para o nosso país guarda como característica básica a manutenção de subjacentes formas de organizações semifeudais e semicoloniais, tanto no que se refere ao modelo econômico envolvendo a questão agrária, principalmente, mas não só no campo, quanto no tipo de desenvolvimento industrial, comercial e as relações política e cultural. A semifeudalidade e a semicolonialidade são tomadas neste estudo como categorias que expressam a materialidade do subdesenvolvimento dos países de capitalismo atrasado, assim mantidos para servir à natureza e aos interesses do sistema de acumulação de capital ditado pelos monopólios transnacionais.

Dessa natureza decorre a contradição fundamental, como contradição imperialismo *versus* nação e país dominado, cujo aspecto interno principal é a contradição entre a classe social latifundiária materializado com a grande propriedade rural, associada à racionalidade produtiva comercial do agronegócio, de um lado, e a classe dos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, do outro. Isto porque o latifúndio organizado pelo agronegócio expressa uma das faces da materialização dos interesses imperialistas em nosso país. Logo, o combate ao latifúndio não se separa do combate ao imperialismo.

Essa contradição sustenta a lógica de acumulação do capital explorando o setor primário brasileiro, provocando a expulsão de milhões de camponeses do campo para dar lugar ao agronegócio, incrementado pela reestruturação produtiva em acordo com a dominação imperialista.

A questão agrária brasileira sob essa racionalidade, como parte da questão nacional, traduz processos de trabalho, relações de trabalho e relação entre trabalho e educação que corroboram para a expulsão de milhões de famílias de camponeses do campo, fator comprovado com tendência histórica no Brasil, inviabilizando a realização da sucessão familiar rural.

A formação social resultante do tipo de capitalismo nos países dominados desenvolve um sistema de poder representado pelo Estado como estado burguês-latifundiário, expressando o poder da grande burguesia e dos latifundiários, serviços do imperialismo. O gerenciamento dos sistemas de governos, nos níveis federal, estaduais e municipais, dá-se em meio a conluios e pugnas entre as frações das classes dominantes, sem que o sistema de poder das mesmas classes seja afetado.

A concepção das políticas públicas definidas pelas normas e planos governamentais, dentre as quais aquelas relativas à questão agrária, ao trabalho e à educação, em que pesem atravessadas pela lei geral da contradição que marca as classes em luta na sociedade, são dirigidas para servir e reproduzir a relação de poder das classes exploradoras, em associação com a dominação imperialista sobre o nosso país.

Sob essa situação as classes sociais fundamentais seguem combatendo na sociedade em geral e no campo de modo especial. Os combates teóricos nascidos desta pesquisa não se separam dos combates das classes em luta. Pelo contrário exprimem um esforço por compreendê-lo a partir das perspectivas e dos interesses classistas da defesa do trabalho e da emancipação humana frente à alienação do capital. Assim apresentamos alguns dados sobre a relação entre trabalho e educação na esfera da questão agrário-camponesa, e sobre a juventude camponesa e da situação das escolas do campo.

### **A relação entre Trabalho e Educação no âmbito da Questão Agrário-Camponesa**

“É mais difícil explorar um camponês que sabe ler do que um analfabeto” – assim escrevia Diderot (1713-1784) à Imperatriz Catarina da Rússia sobre o fato de a nobreza ter se oposto à instrução dos camponeses. Diderot aconselhava a Imperatriz, defendendo a instrução para todos e sustentando que “é bom que todos saibam ler, escrever e contar, desde o primeiro ministro ao mais humilde dos camponeses” (PONCE, 2005, p. 135).

Para (PONCE, 2005), Diderot representava as aspirações dos operários e artesãos no *Terceiro Estado*. No entanto, com a substituição do modo de produção feudal pelo modo capitalista de produção, mediante o triunfo das revoluções burguesas, a burguesia ao se tornar a classe dominante edificou para si um plano formativo com o seu sistema educacional. Portanto, um plano formativo classista, para servir aos interesses da burguesia. A burguesia, que inicialmente expressava um espírito científico, cético e prático, com o fito da destruição dos segredos e do atraso medieval, construindo maravilhas, como afirmou Marx em *O Manifesto do Partido Comunista*, ao se consolidar como classe dominante, tornou-se uma classe reacionária. Sob essa situação de classe dominante o projeto pedagógico burguês nutre-se da sua ideologia, ou seja, formar o indivíduo egoísta para a competição do mercado. Sob essa ideologia concebe a organização do ensino rigorosamente sob os princípios classistas de modo a assegurar o seu interesse e a manutenção do seu projeto de poder.

Assim, tanto para formar os intelectuais como os juristas, jornalistas, engenheiros, economistas, professores e outros prepostos do capital, como para formar operários da base do sistema produtivo, tudo esteve vinculado aos objetivos e aos interesses da classe. A educação, como fenômeno político, nunca esteve neutra em relação às classes em luta na sociedade. Essa é a definição de todo o projeto educacional burguês.

Situando historicamente o caso brasileiro. Houve uma burguesia revolucionária que tomou o poder e realizou as suas maravilhas, destruindo as antigas formas e estruturas do sistema de poder do velho modo de produção, rompendo com o poder dos latifundiários e escravocratas em nosso país? Pode-se responder seguramente que não houve esse processo de uma revolução burguesa no Brasil. O que houve foram, em cada momento de crise entre as classes dominantes, rearranjos entre as mesmas, mantendo intocadas as estruturas do velho regime, particularmente o seu sistema fundiário baseado na grande propriedade, tornando o latifúndio a base de todo o sistema de poder – o sistema latifundiário –, bem como a relação dessas mesmas classes dominantes com o sistema colonial mercantil europeu, no passado, e o sistema imperialista, na atualidade.

Como se caracteriza a relação entre trabalho e educação sob a questão agrário-camponesa?

Para responder a essa questão devemos levar em conta primeiro a situação da semicolonialidade brasileira na era do imperialismo. Sob essa situação o Brasil para servir aos interesses dos monopólios imperialistas convive com o moderno e o atrasado em termos da produção e da sua organização social. Dentro da divisão mundial do trabalho pelo imperialismo o Brasil recebe o papel de país produtor de *commodities*, negociadas segundo as leis ditadas pelas bolsas de valores mundiais controladas pelos mesmos monopólios. Mas não só as *commodities*, a abundante oferta de matérias-primas de baixo custo e a existência de força de trabalho barata e mantida em regime de precarização, tornam a produção dentro do país bastante competitiva para os preços internacionais estabelecidos pelos grupos transnacionais. Assim, muitas empresas deslocaram as suas plataformas produtivas para o país, algumas com o emprego de recursos tecnológicos modernos, envolvendo a microeletrônica computadorizada, a mecatrônica e a robótica. Isso implica em demanda de qualificação e requalificação da força de trabalho para atender a parcela de um mercado de trabalho de novo tipo, criado pelas empresas transnacionais instaladas no país. Essa demanda impulsionou a realização de muitas pesquisas acadêmicas na década de 1990 pela economia, pela pedagogia e pelas engenharias, principalmente, voltadas para a análise da relação entre o uso de novas tecnologias e educação.

Não se trata aqui do desenvolvimento das forças produtivas em bases democráticas e de industrialização soberana do país, mas sob um plano burocrático, isto é, em situação semicolonial dominada pelo imperialismo. A conjunção entre a semicolonialidade, na relação externa, e a semifeudalidade, no plano interno, mantém o país preso à herança histórica do atraso com a permanência da estrutura fundiária marcada pela concentração da maior parte das terras em mãos de poucos latifundiários. É uma conjunção que torna explícita a lógica da dominação imperialista. Sendo que esta vai da esfera política à da economia e desta ao conjunto das chamadas políticas públicas, dentre as quais as políticas educacionais. Assim, a organização dos sistemas educacionais segue a mesma lógica da estrutura econômica e social do país, crivada pela mesma contradição, sendo a mesma ditada pelo imperialismo. Essa contradição se traduz numa educação em bases científicas, tecnológicas e culturais para poucos, destinada a formar dirigentes, de um lado; e, de outro, numa educação precarizada, desde a formação dos professores, às condições de trabalho destes, até à organização do currículo, para formar os trabalhadores. Manter essa contradição intocável é parte dos interesses na reprodução da situação semicolonial e o conseqüente trabalho alienado,

reproduzindo e cristalizando as estruturas sociais de classes na sociedade baseadas na exploração do homem pelo homem.

Sob a dominação imperialista aprofunda-se a primarização da economia brasileira, caracterizada pela exportação das *commodities*, principalmente agrícolas, articulando a base atrasada da concentração da terra com a racionalidade produtiva denominada agronegócio. Caracteriza-se, nesse processo, um acentuado grau de organização da produção no campo sob controle direto dos monopólios transnacionais, desde o fornecimento de insumos, das sementes, maquinarias, fertilizantes, processamento e a compra final da produção. O latifundiário de novo tipo sob a égide do agronegócio delega a um gerente o negócio em sua terra, ou a arrenda para uma empresa de negócios na terra. Este novo gerente controla, no plano local, um trabalho que é gerido externamente pelos monopólios transnacionais, mantendo, portanto, uma produção alienada, geradora de trabalho crescentemente alienado, fragmentado, que vai ser executado pelo trabalhador assalariado. Essa é a condição de trabalho no campo sob o regime de monopólio capitalista, exprimindo a organização da produção e dos processos de trabalho no campo segundo a mesma lógica do trabalho formulada por Frederick Taylor (1856-1915), no início do Século XX, com a rígida separação entre planejamento e execução, entre gerência científica e trabalhadores do chão de fábrica, acentuando o trabalho alienado.

Essa é uma definição do campo brasileiro correspondente aos interesses imperialistas, a qual oferece ganhos aos latifundiários que controlam a maioria das terras agrícolas no Brasil. Ela é útil para manter a balança comercial de exportação de produtos da terra pelo país, dito por alguns como “celeiro do mundo”. Essa definição, no entanto, carrega um sério problema: a expulsão dos camponeses do Brasil. É isso. O extermínio do campesinato brasileiro é parte do projeto da dominação imperialista em associação com o sistema latifundiário.

Compreende o campo brasileiro, onde o imperialismo alarga de modo cada vez mais agressivo a sua dominação do campo brasileiro sob a forma do agronegócio, para a produção de *commodities* para servir às demandas imperialistas. Essa agressão tem intensificado a luta de classes no campo brasileiro entre latifundiários/imperialismo e camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. Sob a intensificação dessa luta, o Estado brasileiro, historicamente como um sistema de poder de grandes burgueses e latifundiários serviçais do imperialismo,

comprova-se incapaz de prover políticas públicas para atender às demandas por terra para os camponeses viver e produzirem. A “reforma agrária”, que teria amparo na Lei 4.504, de 30/11/1964, conhecida como “Estatuto da Terra” e na Constituição Federal de 1988, não passou de uma tapeação para os pobres do campo. Anunciada com fundamento legal, se torna letra morta diante da inércia governamental, independentemente dos governos que gerenciaram o país na vigência das referidas normas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que

**Art. 184.** Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. (BRASIL, 1988).

Em face das tensões e do desenvolvimento da luta pela terra no campo e a disputa pelo território, sem que os gerentes governamentais executem a reforma agrária, a tendência é que a violência cresça no campo como luta de classes, ganhando proporção de uma revolução agrária com os camponeses se organizando não só para responder a violência, mas para tomar terra dos latifundiários para trabalhar e viver com suas famílias.

Essa é uma disputa, como luta de duas linhas, no sei do movimento camponês entre: desenvolver a luta democrática pela terra sob a perspectiva de uma organização classista, conquistando e distribuindo a terra para as massas organizadas; mobilizar pela via burocrática dirigindo as massas para tomar partido nas disputas eleitorais e esperar que um dia o governo faça a reforma agrária. Com o descrédito no sistema eleitoral, cada vez mais rechaçado pelas massas e a não reforma agrária pelos governos, a tendência é que os movimentos sociais burocráticos percam espaços e se desacreditem com as siglas eleitorais e se desenvolvam e cresçam mais os movimentos classistas na luta pela terra.

Sob essa situação os processos de reestruturação produtiva capitalista, que são permanentes para assegurar a manutenção do sistema de exploração do trabalho, tendo como um dos seus fundamentos a transformação das ciências em forças produtivas a serviço do capital se converte no campo brasileiro em mais um tipo de violência contra os camponeses. As tecnologias físicas e organizacionais decorrentes desse processo, como dominação do



trabalho pelo capital, são formas dirigidas para quebrar a resistência dos trabalhadores, com o objetivo da manutenção do trabalho alienado e da sua subordinação ao capital.

Tal processo de reestruturação produtiva atinge o campo de modo semelhante ao que ocorre no setor industrial, gerando aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, dispensando enormes contingentes de trabalhadores rurais, que são substituídos pelas forças produtivas capitalistas.

As inovações tecnológicas capitalistas, tanto aquelas de caráter físico quanto as de caráter organizacional, buscam no fundamental a maior competitividade dos produtos do capital, ou seja, mercadorias a preços mais baixos em confronto com as suas equivalentes. Em linguagem empresarial tornar a empresa competitiva implica em baixar custos da produção, aumentar a qualidade do produto e garantir prazos de entregas em vantagens comparativas diante dos demais concorrentes. Esse processo assumiria assim o caráter de uma competição global entre os monopólios. Isso desloca a contradição inter imperialista para as zonas dominadas.

Constata-se, portanto, que a disputa do território brasileiro encerra um conjunto de contradições: contradição inter imperialista; contradição entre imperialismo e a nação e o povo brasileiro; contradição entre latifundiários e camponeses pobres sem terra ou com pouca terra. A ideologia do fim do campesinato se converte dentro dessa situação em estratégia para reforçar a dominação imperialista, tornando o país mais subordinado e dependente.

Contrariando a essa ideologia, o campesinato segue combatendo e defendendo o direito a terra como condição do direito à vida. Milhões de camponeses que não teriam a menor chance de viver em empregos urbanos industriais, cujas taxas de desemprego cresce sem cessar e aumenta da precarização dos direitos trabalhistas para reproduzir o capitalismo burocrático na indústria, seguem se organizando e lutando por terra no país. Como afirma (OLIVEIRA, 2007, p. 153), “vive-se no Brasil cotidianamente, a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade”.

De acordo com dados do *II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula*, de 2003, segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 150), a agricultura familiar:

“corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma

agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes”.(OLIVEIRA. 2007, p. 150).

Em lugar da ideologia que busca tornar invisível o campesinato brasileiro, desqualificando a importância econômica e social da pequena propriedade rural, (OLIVEIRA, 2007, p. 152) comprova o contrário, afirmando que:

O Brasil possui um total de 18 milhões de pessoas ocupadas nas atividades econômicas da área rural. Desse total, (80%) são de origem familiar, os outros 3,3 milhões (20%) são assalariados. As pequenas propriedades concentram cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, sendo que o trabalho assalariado representava apenas os 12% restantes. Uma realidade oposta e contrastante ocorre com os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, onde o trabalho assalariado representa 81%. No Brasil do século XX, esta combinação estrutural marcou o campo brasileiro: nas unidades camponesas o predomínio do trabalho familiar e nas unidades capitalistas médias e grandes, a presença dominante do trabalho assalariado. É por isso que no Brasil, são as pequenas unidades de produção camponesas aquelas que geram mais empregos no campo. (OLIVEIRA, 2007, p.152).

A educação camponesa é de suma importância para o desenvolvimento da luta e afirmação da identidade classista dos trabalhadores do campo, para enfrentar a situação que prega o seu fim, tanto no plano ideológico quanto da luta política, como luta de classes em termos políticos e da violência praticada pelas classes dominantes e seu Estado burguês-latifundiário.

Importantes disputas marcam a luta de duas linhas em torno da pedagogia que deve orientar a educação camponesa. A que serve a educação camponesa? Sustentamos a tese que a luta pela terra para os camponeses é a principal e a luta por uma educação científica é o complemento necessário.

Com essa tese sustentamos que há a necessidade de avançar no seio dos trabalhos educativos, da organização do ensino e da defesa da educação do campo e da escola no campo, a partir dois objetivos: primeiro, da defesa da mobilização, da politização e da organização da luta na defesa da terra para os camponeses, como parte da luta em defesa da

vida, da libertação das forças produtivas no campo, da destruição do sistema latifundiário; da soberania do país e por varrer a dominação imperialista do território nacional; portanto, é uma luta de caráter nacional democrático; segundo, da defesa do princípio educativo do trabalho, baseado nos fundamentos da politecnicidade e da formação *omnilateral*, confrontando com as bases estreitas da pedagogia burguesa e suas formulações ecléticas, pós-modernas e fragmentadas, concebida em bases positivistas reafirmando o velho idealismo. Essa pedagogia só pode ser uma pedagogia classista sustentada em bases científicas, uma pedagogia dialética que articule trabalho e educação associando as práticas como fundamentos da sua organização: prática política, como luta de classes pela destruição do velho poder opressor e a construção do novo poder popular; prática produtiva, como luta incessante para libertar o trabalho e o conjunto das forças produtivas do controle do capital; e, prática pela apropriação e experimentação científica. Essas são as três práticas inseparáveis da pedagogia do trabalho na luta contra a pedagogia do capital.

Importantes contribuições da pedagogia dialética como *pedagogia histórico-crítica*, formulada por (SAVIANI, 2003), podem fornecer aportes teóricos para a formulação da pedagogia do trabalho (KUENZER, 1995) que interessa aos camponeses, aos demais trabalhadores e ao povo brasileiro em geral para a sua luta de libertação.

Para (SAVIANI, 2003, p. 139), busca-se com a pedagogia dialética, uma proposta pedagógica “que permitisse articular o trabalho pedagógico com as relações sociais”. E mais adiante (p. 142) afirma que, “a educação é vista como mediação no interior da prática social global. A prática como ponto de partida e o ponto de chegada.”

De acordo com (KUENZER, 1995, p. 56):

Nas condições concretas do capitalismo, o ensino do trabalho não é indiferente aos interesses hegemônicos do proletariado, incapaz de superar sua condição de dominação sem a reapropriação do saber sobre o trabalho, até agora incorporado ao capital e convertido em força de dominação. Ao contrário, a aquisição do saber sobre o trabalho capitalista é um passo importante rumo à sua superação.

Sustenta, a seguir, a mesma autora a defesa da “autogestão, compreendida como o controle da produção por todos os homens, com o estabelecimento da hegemonia do trabalho sobre o capital”.

Esse processo de destruição de um poder hegemônico por outra hegemonia, com o controle da produção, no caso a hegemonia do proletariado camponês, dar-se-á no campo com a destruição do sistema latifundiário e a constituição, parte por parte, do controle do território pela auto-organização dos camponeses no controle da terra, da produção e do poder político.

Armar o campesinato com o classismo e sustentar teoricamente a sua organização com a aliança operário-camponesa é o objetivo estratégico da pedagogia do trabalho, como pedagogia científica, para o desenvolvimento da questão agrário-camponesa no Brasil. Esse é o caráter científico e popular da educação camponesa.

### **A Juventude Camponesa e as Escolas do Campo nos Municípios da Região da Cantuquiriguaçu**

Há um consenso entre os pesquisadores acerca da compreensão da juventude como uma categoria social com definição bastante complexa. É uma categoria que engloba sujeitos socioculturais que vão além de uma definição que os colocam em situação de transição para a vida adulta. Expressa diferentes processos sociais vividos, e no tempo e no espaço, relacionados com a liberdade, a autonomia e a independência (PAPPÁMIKAIL, 2010).

Tomá-la como categoria sociocultural não a retira de pertencer a um tempo específico no ciclo de vida de preparação para a vida adulta, expressando um “caráter transitório e ambíguo”, sendo a escola, “o único território legítimo para a vivência de grande parte da juventude” (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 397). É uma fase preparatória que precede a emancipação social e econômica, como uma das condições da vida adulta, sendo esta relacionada com a “estabilização profissional, residência autônoma, conjugabilidade e parentalidade.” (p. 402).

Não se constitui em objetivo deste trabalho o desenvolvimento do mapa conceitual da juventude ou das juventudes. Ressaltamos, no entanto, que como relação social concretamente existente, cada indivíduo se expressa como ser social vivendo em uma sociedade real, marcada pelas contradições de sua época. A juventude camponesa estudada neste trabalho pertence a uma classe social concreta e vive uma realidade objetiva. Do território que habita e das condições materiais que cercam a sua vida.

Concordamos com a expressão de (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 406) acerca da juventude quando afirma que “nela se condensa o tempo de todas as contradições e paradoxos, das dúvidas e hesitações, em que justamente a liberdade, a independência e a autonomia se forjam (ou não) na estreita relação com as relações sociais que se expandem, à medida que um mundo inteiro se vai abrindo à pessoa.

Importante pesquisa encomendada pela UNESCO, realizada no Brasil, (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006) adota um conceito demográfico “respaldado por aportes da psicologia”, adotando um ciclo etário para classificar os jovens como os indivíduos que possuem entre 15 e 29 anos.

Os dados dessa pesquisa, segundo as autoras, para “construir um quadro dinâmico de conhecimentos sobre os jovens brasileiros”, oferecem elementos de análise que se relacionam com este trabalho, com os jovens que concluíram o Ensino Médio em colégios do campo na Região do Território Cantuquiriguaçu.

Escolhemos três tabelas da pesquisa da UNESCO sobre a juventude brasileira, destacando: 1) Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação como os estudos, por condição do município; 2) Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação como os estudos, por condição grau de instrução; e, 3) Distribuição dos jovens segundo indicação do ramo da atividade principal, por classe socioeconômica.

**Tabela 1 - Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação como os estudos, por condição do município, Brasil, 2004.**

Indicação	Condição do Município			Total
	Urbano Metropolitano	Urbano não Metropolitano	Rural	
Sim	2.288.905	3.079.547	2.095.458	7.463.910
	28,2%	28,5%	26,5%	27,8%
Não	4.979.205	6.569.411	4.879.834	16.428.450
	61,3%	60,9%	61,7%	61,3%
Trabalha, mas não estuda*	821.903	1.074.276	904.205	2.800.384
	10,1%	10,0%	11,4%	10,4%
Não opinou	28.671	66.841	33.489	129.001
	0,4%	0,6%	0,4%	0,5%

<b>Total</b>	<b>8.118.684</b>	<b>10.790.075</b>	<b>7.912.986</b>	<b>26.821.745</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa "Juventude Brasileira", UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: Somente para quem está trabalhando "você acha que a sua atividade tem alguma relação com os seus estudos?"

\* Essa categoria é tratada à parte, para evitar que a percepção dos jovens que não estudam interfiram quando se analisa a relação entre estudo e trabalho.

O fato de mais de 61% dos jovens responderem que não vê relação entre o que estuda e a atividade que desenvolve demonstra o quanto, na percepção deles, a escola apresenta-se descolada da realidade.

**Tabela 2 - Distribuição dos jovens segundo indicação se a atividade que desempenha no trabalho tem alguma relação como os estudos, por condição grau de instrução, Brasil, 2004.**

<b>Indicação</b>	<b>Grau de Instrução</b>				<b>Total</b>
	<b>Até a 4a. Série do Ensino Fundamental</b>	<b>5a. à 8a. Série do Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Ensino Superior</b>	
Sim	1.453.035	1.753.740	2.752.157	1.504.978	7.463.910
	21,9%	20,9%	29,1%	63,9%	27,8%
Não	4.172.552	5.628.927	5.833.883	793.089	16.428.450
	63,0%	67,1%	67,1%	33,7%	61,3%
Trabalha, mas não estuda*	970.338	936.567	845.684	47.795	2.800.384
	14,6%	11,2%	8,9%	2,0%	10,4%
Não opinou	28.656	66.902	23.888	9.555	129.001
	0,4%	0,8%	0,3%	0,4%	0,5%
<b>Total</b>	<b>6.624.581</b>	<b>8.386.136</b>	<b>9.455.612</b>	<b>2.355.417</b>	<b>26.821.745</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa "Juventude Brasileira", UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: Somente para quem está trabalhando "você acha que a sua atividade tem alguma relação com os seus estudos?"

\* Essa categoria é tratada à parte, para evitar que a percepção dos jovens que não estudam interfiram quando se analisa a relação entre estudo e trabalho.

Outra grande preocupação se apresenta para quem busca analisar e compreender o caráter do princípio educativo e da proposta pedagógica escolar desenvolver mediações com o conjunto das relações sociais, quando mais de 70% dos jovens trabalhadores, estudantes da educação básica, não vêem relação entre os estudos e a atividade profissional. Essa desarticulação entre o que se ensina e o que se vive na sociedade é, sem dúvida, um grande

desafio para a organização do ensino em termos prático, como representa um desestímulo para o trabalhador continuar os seus estudos.

**Tabela 3 - Distribuição dos jovens segundo indicação do ramo da atividade principal, por classe socioeconômica, Brasil, 2004.**

Indicação	Classe Socioeconômica			Total
	Classe A/B	Classe C	Classe D/E	
Agricultura/pecuária	100.350	573.660	4.394.152	5.068.162
	2,1%	4,5%	19,8%	12,8%
Indústria de transformação	568.543	1.825.069	2.393.929	4.787.541
	12,0%	14,4%	10,8%	12,1%
Construção	133.771	1.022.458	2.217.073	3.373.302
	2,8%	8,1%	10,0%	8,5%
Comércio	1.146.614	3.100.748	3.144.118	7.391.480
	24,3%	24,4%	14,2%	18,7%
Transporte	133.786	343.984	334.480	812.250
	2,8%	2,7%	1,5%	2,1%
Comunicação	114.652	109.899	90.780	315.331
	2,4%	0,9%	0,4%	0,8%
Prestação de serviços	1.481.044	4.084.948	7.803.259	13.369.251
	31,4%	32,2%	35,2%	33,8%
Atividade social	673.637	1.146.721	979.717	2.800.075
	14,3%	9,0%	4,4%	7,1%
Administração pública	195.915	248.498	191.204	635.617
	4,2%	2,0%	0,9%	1,6%
Outras atividades	81.231	52.572	76.443	210.246
	1,7%	0,4%	0,3%	0,5%
Não sabe/não opinou	90.781	186.293	554.243	831.317
	1,9%	1,5%	2,5%	2,1%
<b>Total</b>	<b>4.720.325</b>	<b>12.694.848</b>	<b>22.179.399</b>	<b>39.594.574</b>
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa "Juventude Brasileira", UNESCO, 2004.

Foi perguntado ao jovem: "Independente de você estar ou não estar trabalhando atualmente, qual o ramo de sua atividade principal?"

Os dados revelam que, depois do setor de “prestação de serviços”, que aparece em primeiro lugar, com 33,8%, como atividade principal; o setor “comércio”, com 18,7%; o setor “agricultura/pecuária” apresenta-se em terceiro lugar, com 12,8%, à frente do setor “indústria de transformação”, com 12,1%.

Articulando a pesquisa ampla da UNESCO, realizada no nível nacional, realizou-se a pesquisa de campo na Região definida pelo *Território Cantuquiriguaçu*, abarcando 20 municípios, sendo os mesmos distribuídos em três Núcleos que compõem Unidades Regionais da Secretaria de Estado da Educação. Assim, uma parte dos municípios fica ligada administrativamente ao Núcleo sediado em Cascavel; a outra ao Núcleo de Guarapuava; e, uma terceira ao Núcleo em Laranjeiras do Sul.

Embora a pesquisa da UNESCO revele o distanciamento do que é ensinada na escola (**Tabelas 1 e 2**) em relação à realidade social dos alunos, segundo a percepção dos mesmos, este estudo ainda não concluiu a análise dos dados quanto ao princípio educativo das escolas e a percepção dos alunos dos 13 colégios pesquisados.

Para fins deste trabalho foram pesquisadas as escolas do campo da rede pública estadual neste Núcleo, composto pelos municípios, com os respectivos colégios: 1) Cantagalo, Colégio Estadual do Campo de Cavaco – Ensino Fundamental e Médio; 2) Laranjeiras do Sul, Colégio Estadual do Campo Joany Guilherme de Lima – Ensino Fundamental e Médio e Colégio Estadual do Campo Professor Valmir Nunes – Ensino Fundamental e Médio; 3) Diamante do Sul, Colégio Estadual do Campo Irma Rodriguez da Cruz – Ensino Fundamental e Médio; 4) Espigão Alto do Iguaçu, Colégio Estadual do Campo Pedro Rufino de Siqueira – Ensino Fundamental e Médio; 5) Nova Laranjeiras, Colégio Estadual do Campo de Rio da Prata – Ensino Fundamental e Médio e Colégio Estadual do Campo Guarani da Estratégica – Ensino Fundamental e Médio; 6) Quedas do Iguaçu, Colégio Estadual do Campo Lageado Bonito – Ensino Fundamental e Médio, Colégio Estadual do Campo Alto Alegre – Ensino Fundamental e Médio e Colégio Estadual do Campo Chico Mendes – Ensino Fundamental e Médio; 7) Rio Bonito do Iguaçu, Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak – Ensino Fundamental e Médio, Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos – Ensino Fundamental e Médio e Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos – Ensino Fundamental e Médio. Sendo pesquisados 13 Colégios do Campo, em sete municípios.

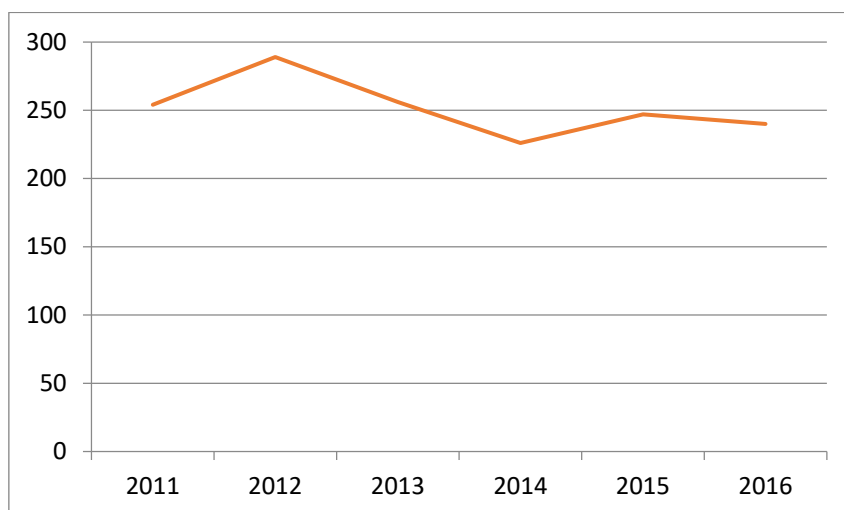
A taxa de analfabetismo no Brasil representa um traço histórico de um modelo político, econômico e social atrasado em nosso país. De acordo com dados do IBGE/PNAD, 2007, a taxa de analfabetismo no país representa 10% da população, totalizando mais de 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos analfabetos absolutos. Distribuindo esse



percentual para a população urbana e rural verificam-se 7,6% de analfabetismo para a população urbana e 23,7% para a rural.

No território Cantuquiriguaçu, a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade é de 14,4%, superior à média do Paraná (9,0%), sendo que quase 25% da população possuem menos de quatro anos de estudo (PARANÁ, 2004).

A pesquisa foi realizada em 13 colégios públicos estaduais, do campo, localizados em sete municípios, constituído uma série histórica com os alunos que concluíram o ensino médio entre 2011 e 2016, num total de 1512 alunos, assim distribuídos a cada ano: 2011, formados 254; 2012, 289; 2013, 256; 2014, 226; 2015, 247; e, 2016, 240. Comprovando uma queda a cada ano do número de alunos nas mesmas escolas, conforme gráfico a seguir:



**Gráfico 01 – Número de alunos formados em Instituições de Ensino Estaduais do Campo, por ano**

O esvaziamento das escolas do campo é consequência direta do modelo político, econômico e produtivo para o campo sob a hegemonia do sistema latifundiário e do agronegócio, servindo ao imperialismo.

A tabela a seguir comprova a redução da população dos municípios onde estão localizados os colégios pesquisados.

**Tabela 5 - Projeção Populacional dos municípios onde ficam os Colégios do Campo pesquisados.**

Município	2016	2030
Cantagalo	13.303	12.736

Diamante do Sul	3.491	3.088
Espigão Alto do Iguaçu	4.385	3.372
Laranjeiras do Sul	31.876	31.142
Nova Laranjeiras	11.191	9.921
Quedas do Iguaçu	33.296	36.298
Rio Bonito do Iguaçu	13.853	12.839

Com base em dados fornecidos pelo IPARDES (2017)

Confirma-se que a situação demográfica paranaense registra um contínuo esvaziamento da população das pequenas cidades e a diminuição da população residente no meio rural. Assim, a queda o número de estudantes que concluíram o ensino médio nas escolas do campo, entre 2011 e 2016, só veio a confirmar a essa tendência.

### Considerações Finais

Parafraseando Fernando Pessoa (1888-1935), poeta português que incorporou à sua poesia citação do General romano Pompeu (106-48 a.C.) de que “navegar é preciso, viver não é preciso”, neste trabalho revelamos dados que chamam a atenção para a necessária precisão na análise e nos estudos sobre a situação agrário-camponesa brasileira, considerando o campo brasileiro como um mar revolto pela luta de classes de cuja exatidão prescinde para romper o ciclo de dominação.

Sem uma precisão científica que potencialize a correta interpretação dessa realidade seguirá o campo brasileiro como palco de massacres perpetrados pelas classes dominantes para manter a exploração do povo brasileiro. Como as sangrentas guerras de massacres de populações nativas, dos povos indígenas, quilombolas e demais camponeses.

O estado burguês-latifundiário é o instrumento que legaliza, legitima e opera de modo definitivo esses massacres que tem lugar nos conflitos agrários que acontecem diariamente no campo brasileiro envolvendo latifundiários e trabalhadores em todas as regiões do país.

A educação camponesa depende de uma rigorosa concepção teórica, sustentada em bases científicas, que possa se desenvolver como referencial de análise das bases materiais da sociedade e dos determinantes sociais da educação para assim conceber as bases filosóficas e político-pedagógicas para a organização escolar.

Como desafio dessa construção e aportados pelos estudos e pesquisa desenvolvidos neste trabalho, sustentamos que esse referencial é a crítica da economia política a ser aplicada

de forma criadora na educação para servir ao desenvolvimento da luta de classes que contribua para a união dos trabalhadores do campo e da cidade na ação social pela destruição do sistema latifundiário e da libertação do país da dominação imperialista.

Reivindicamos a precisão que Pompeu apontava para os seus navegadores, poetizada por Pessoa, para alertar quanto à falta de bússola dos navegadores pedagógicos: a educação dos filhos dos trabalhadores do campo deve receber a maior atenção dos educadores comprometidos com a transformação social e a ruptura da dominação imperialista do nosso país. Nela não tem lugar para o ecletismo pós-moderno. A sua bússola é o marxismo. O seu objetivo é a desalienação que só será conquistada com a destruição do sistema regido pelo *fetichismo da mercadoria*.

A pedagogia científica, tanto no campo como na cidade, obrigatoriamente terá um caráter classista. Deve garantir as condições para que os camponeses em geral, e a sua juventude de modo especial, possa se apropriar dos conhecimentos científicos, culturais e filosóficos acumulados pela humanidade, potencializando-os para lerem o mundo; lerem-se no mundo; posicionarem-se em face do mundo e transformarem o mundo.

A pedagogia científica do trabalho no campo é para servir aos camponeses na sua mobilização, politização e organização para desenvolver a luta por destruir o sistema latifundiário e assegurar o direito a terra para quem nela vive e trabalha, como parte da libertação das forças produtivas no campo. É científica porque é precisa, é verdadeira, e adota o trabalho como princípio educativo guiando-se pelas três práticas: prática da luta pelo poder, como luta de classes para destruir o velho poder e construir o novo poder; prática da luta pela produção, compreendendo os fundamentos da produção e das relações sociais de produção, libertando o trabalho do jugo do capital; e, prática da luta por socializar, apropriar e aplicar a ciência e a técnica a serviço do povo, libertando a ciência e os conhecimentos científicos do domínio do capital.

Transformar o mundo é preciso; viver no mundo não é preciso.

## **Referências Bibliográficas**

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. (Coordenadoras). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1988.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3 ed. São Paulo, Ática, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2007**. Brasília, DF: IBGE, 2007.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeção da população total dos municípios do Paraná para o período 2016-2030** – alguns resultados. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/projecao\\_populacao\\_\\_Parana\\_\\_2016\\_2030\\_set.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/projecao_populacao__Parana__2016_2030_set.pdf). Acesso em: 11. Set. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos**. Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 o processo de produção. Rio de Janeiro: Bertand Brasil S.A., 1994.

MARX, Karl. ENGEL, Friedrich. **A ideologia alemã**. Volume I. Portugal: Presença. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos partir do debate acerca das transições para a vida adulta. **Sociologia**. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010. p. 395-410.

PARANÁ. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná – Diagnóstico Socioeconômico**. Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu – CONDETEC, 2004.

PLEOG, Jean Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.